

POLÍTICA FISCAL

Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em outubro de 2023

De acordo com dados da execução orçamentária, registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, obtidos por meio do Tesouro Gerencial, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN),¹ outubro de 2023 apresentou um superávit primário de R\$ 15,5 bilhões nas contas do governo central. Conforme mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 177,0 bilhões nesse mês, queda de 1,2% em termos reais, comparativamente a outubro de 2022, ao passo que a despesa totalizou R\$ 161,5 bilhões, acréscimo de 9,9% na mesma base de comparação. No acumulado de janeiro a outubro deste ano, o déficit primário está em R\$ 77,4 bilhões, ante o superávit de R\$ 70,0 bilhões no mesmo período de 2022.

Em outubro, a receita total apresentou uma retração real de 1,3%, quando comparada com o montante arrecadado no mesmo mês do ano passado. Isso se deu em função das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), que caíram 1,8% (R\$ 2,7 bilhões) no período, bem como em função da variação negativa nas receitas não administradas pela RFB de 1,0% (R\$ 335 milhões), as quais superaram a alta de 0,2% (R\$ 82 milhões) da arrecadação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Dessa maneira, a receita líquida, após as transferências legais e constitucionais, registrou queda de 1,2% (R\$ 2,1 bilhões). No acumulado de janeiro a outubro, a receita total registrou uma variação real negativa de 4,1%, totalizando uma queda real de R\$ 82,8 bilhões, fortemente impactada pela queda na arrecadação das receitas não administradas pela RFB – que tiveram no período um decréscimo de 22,8%, redução real de R\$ 82,0 bilhões – e pelas receitas administradas pela RFB – com queda de 2,0% na mesma base de comparação, equivalente a R\$ 24,5 bilhões –, ao passo que a receita líquida do RGPS acumula alta de 5,3%, no montante de R\$ 23,8 bilhões (tabela 1).

Com relação à despesa total, como supracitado, outubro registrou acréscimo real de 9,9% comparativamente ao mesmo mês de 2022. Ainda na tabela 1, no acumulado do ano até outubro, a despesa teve um crescimento real de R\$ 89,3 bilhões (5,7%) em relação ao mesmo período do ano passado, com destaque para o aumento de despesas sujeitas à programação financeira, no valor de R\$ 80,3 bilhões (25,3%).

Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

Felipe Martins

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea.

felipe.martins@ipea.gov.br

Divulgado em 13 de novembro de 2023

1. Conforme destacado em publicação anterior, disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/10/231016_cc_61_nota_2_siafi.pdf.

TABELA 1

Governo central: resultado primário a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de out./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-outubro (preços constantes, R\$ milhões de out./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de out./2023)		Taxa de variação (%)
	out./2022	out./2023		2022	2023		Até out./2022	Até out./2023	
1-Receita Total	213.078	210.368	-1,3	2.038.957	1.956.128	-4,1	2.456.675	2.357.599	-4,0
1.1 - Receita Administrada pela RFB	133.013	130.557	-1,8	1.230.554	1.206.005	-2,0	1.468.621	1.443.127	-1,7
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-55	-60	-	-137	-64	-53,0
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	47.955	48.037	0,2	448.056	471.822	5,3	562.013	588.242	4,7
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	32.110	31.774	-1,0	360.402	278.361	-22,8	426.179	326.295	-23,4
2. Transf. Por Repartição de Receita	34.035	33.384	-1,9	390.447	365.759	-6,3	472.947	457.463	-3,3
3. Receita Líquida (1-2)	179.044	176.984	-1,2	1.648.510	1.590.369	-3,5	1.983.729	1.900.136	-4,2
4. Despesa Total	146.977	161.516	9,9	1.578.481	1.667.744	5,7	1.893.892	1.988.304	5,0
4.1 Benefícios Previdenciários	64.672	67.015	3,6	710.228	742.404	4,5	830.792	872.020	5,0
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	26.996	27.325	1,2	287.482	283.686	-1,3	358.204	352.455	-1,6
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	28.608	19.923	-30,4	262.693	243.258	-7,4	306.049	292.771	-4,3
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	26.701	47.253	77,0	318.078	398.396	25,3	398.847	471.057	18,1
5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)	32.067	15.468	-51,8	70.029	-77.376	-210,5	89.836	-88.168	-198,1

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 detalha a arrecadação no período. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em outubro foi registrado uma retração real de R\$ 2,4 bilhões (1,8%) em relação ao mesmo mês do ano passado. O desempenho das receitas administradas foi impactado pela queda na arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – R\$ 1,4 bilhão (5,2%) –, do Imposto de Importação – R\$ 864 milhões (15,4%) – e do Imposto de Renda – R\$ 575 milhões (0,9%). Essas foram parcialmente compensadas pelos acréscimos na arrecadação do Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) – R\$ 600 milhões (8,3%) –, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – R\$ 350 milhões (6,7%) – e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) Combustíveis, com crescimento real de R\$ 246 milhões, com as demais rubricas registrando uma retração real de R\$ 1,0 bilhão (-39,6%). Somado a isso, tem-se a retração nas despesas não administradas pela RFB, com destaque para a queda de R\$ 4,1 bilhões nas receitas de exploração de recursos naturais (-18,8%) e de R\$ 1,2 bilhão em termos reais no global de concessões e permissões, contribuição para o plano de seguridade social do servidor e receitas próprias.

No acumulado até outubro, as receitas apresentaram um decréscimo real, quando comparadas com o mesmo período do ano passado, de R\$ 82,8 bilhões (-4,1%). As principais retrações ocorreram nas receitas não administradas, especificamente nas receitas com concessões e permissões, com queda de R\$ 38,8 bilhões (-85,9%), seguidas pela retração de R\$ 40,7 bilhões (-49,1%) em dividendos e de R\$ 26,4 bilhões (-20,8%) na exploração de recursos naturais. No tocante aos itens da receita administrada pela RFB, as maiores variações negativas foram de R\$ 13,2 bilhões (-9,0%) na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de R\$ 6,3 bilhões (-12,1%) no Imposto de Importação e de R\$ 5,1 bilhões (-9,6%) no IPI, conforme indicado na tabela 2.

Ao desagregar as despesas (tabela 3), pode-se observar que em outubro também ocorreu um expressivo aumento em relação ao mesmo mês do ano anterior, impactado pelo pagamento de despesas com previdência social – R\$ 2,3 bilhões (3,6%) –, pelo pagamento de despesas obrigatórias com controle de fluxo (influenciadas pelo pagamento do Bolsa Família) – R\$ 9,2 bilhões (48,6%) – e pelo pagamento de despesas discricionárias – R\$ 11,4

bilhões (144,6%). Também em outubro, apenas as despesas com créditos extraordinários, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), apresentaram uma expressiva redução real em relação ao mesmo período do ano passado, diminuindo o impacto das expansões destacadas.

As despesas totais, no acumulado do ano até outubro, tiveram um crescimento real de R\$ 89,3 bilhões (5,7%), com destaque para as despesas com benefícios previdenciários, com crescimento de R\$ 32,2 bilhões (4,5%), os dispêndios com sentenças judiciais e precatórios, com expansão de R\$ 2,1 bilhões (12,0%), os pagamentos com Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/Loas) e Renda Mensal Vitalícia (RMV), ampliados em R\$ 7,4 bilhões (10,6%), o gasto com abono e seguro-desemprego, em R\$ 4,2 bilhões (6,9%), e, especialmente, as despesas obrigatórias com controle de fluxo, com alta de R\$ 80,3 bilhões (42,5%), muito ampliadas em função do crescimento das despesas com o programa Bolsa Família, lembrando que, no ano passado, parte do benefício foi pago por meio de créditos extraordinários. No entanto, algumas despesas apresentaram expressiva redução real no acumulado do ano, em comparação com o mesmo período de 2022, com destaque para as despesas com créditos extraordinários, com redução de R\$ 34,9 bilhões (-95,4%), compensação ao RGPS pela desoneração da folha de pagamentos, com queda de R\$ 3,3 bilhões, e despesas de pessoal, com queda no ano de R\$ 3,8 bilhões (-1,3%).

TABELA 2

Principais componentes da receita do governo central a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de out./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-outubro (preços constantes, R\$ milhões de out./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de out./2023)		Taxa de variação (%)
	out./2022	out./2023		2022	2023		Até out./2022	Até out./2023	
1-Receita Total	213.078	210.368	-1,3	2.038.957	1.956.128	-4,1	2.456.675	2.357.599	-4,0
1.1 - Receita Administrada pela RFB	133.013	130.557	-1,8	1.230.554	1.206.005	-2,0	1.468.621	1.443.127	-1,7
1.1.01 Imposto de Importação	5.601	4.737	-15,4	52.140	45.848	-12,1	64.193	56.048	-12,7
1.1.02 IPI	5.246	5.596	6,7	53.786	48.644	-9,6	68.055	58.133	-14,6
1.1.03 Imposto de Renda	64.930	64.355	-0,9	583.740	579.361	-0,8	688.454	699.997	1,7
1.1.04 IOF	5.451	5.502	0,9	51.815	51.747	-0,1	63.555	62.235	-2,1
1.1.05 Cofins	26.790	25.397	-5,2	244.232	243.877	-0,1	300.238	291.589	-2,9
1.1.06 PIS/Pasep	7.242	7.842	8,3	71.005	70.601	-0,6	86.379	84.021	-2,7
1.1.07 CSLL	15.111	15.284	1,1	146.414	133.214	-9,0	164.311	154.687	-5,9
1.1.09 CIDE Combustíveis	2	248	14.883,8	1.762	713	-59,5	2.347	727	-69,0
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	2.639	1.595	-39,6	25.660	32.001	24,7	31.089	35.689	14,8
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-55	-60	-	-137	-64	-53,0
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	47.955	48.037	0,2	448.056	471.822	5,3	562.013	588.242	4,7
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	32.110	31.774	-1,0	360.402	278.361	-22,8	426.179	326.295	-23,4
1.4.1 Concessões e Permissões	276	87	-68,4	45.147	6.377	-85,9	48.658	10.497	-78,4
1.4.2 Dividendos e Participações	0	0	8.107,9	82.989	42.250	-49,1	106.864	50.431	-52,8
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.405	1.358	-3,4	14.131	13.430	-5,0	18.685	17.515	-6,3
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	21.874	17.760	-18,8	126.985	100.547	-20,8	138.993	113.483	-18,4
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.747	767	-56,1	18.440	16.651	-9,7	22.224	20.448	-8,0
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.456	2.476	0,8	22.625	24.294	7,4	28.835	30.427	5,5
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	-	-	-	-	-	13	91	582,6
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	4.353	9.327	114,3	50.085	74.811	49,4	61.906	83.403	34,7
2. Transf. Por Repartição de Receita	34.035	33.384	-1,9	390.447	365.759	-6,3	472.947	457.463	-3,3
3. Receita Líquida (1-2)	179.044	176.984	-1,2	1.648.510	1.590.369	-3,5	1.983.729	1.900.136	-4,2

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: IOF – Imposto sobre Operações Financeiras; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e LC – lei complementar.

TABELA 3

Principais componentes da despesa do governo central a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de out./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-outubro (preços constantes, R\$ milhões de out./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de out./2023)		Taxa de variação (%)
	out./2022	out./2023		2022	2023		Até out./2022	Até out./2023	
4. DESPESA TOTAL	146.977	161.516	9,9	1.578.481	1.667.744	5,7	1.893.892	1.988.304	5,0
4.1 Benefícios Previdenciários	64.672	67.015	3,6	710.228	742.404	4,5	830.792	872.020	5,0
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	26.996	27.325	1,2	287.482	283.686	-1,3	358.204	352.455	-1,6
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	28.608	19.923	-30,4	262.693	243.258	-7,4	306.049	292.771	-4,3
4.3.01 Abono e Seguro-Desemprego	4.142	4.199	1,4	61.580	65.809	6,9	68.307	72.409	6,0
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	6.943	8.058	16,1	69.409	76.770	10,6	81.542	90.473	11,0
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	7.146	234	-96,7	36.601	1.693	-95,4	46.752	14.615	-68,7
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0	0	-	3.299	0	-100,0	4.360	0	-100,0
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	2.946	3.075	4,4	28.887	31.756	9,9	34.103	37.606	10,3
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.370	1.479	8,0	11.821	12.932	9,4	14.930	16.879	13,1
4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	348	332	-4,6	3.515	3.360	-4,4	4.247	4.052	-4,6
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	738	328	-55,5	17.366	19.449	12,0	17.979	20.245	12,6
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	871	1.509	73,2	14.611	16.776	14,8	16.192	18.390	13,6
4.3.10 Impacto Primário do FIES	166	0	-100,0	400	1.438	259,9	1.183	1.814	53,4
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	3.937	709	-82,0	15.204	13.275	-12,7	16.455	16.287	-1,0
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	26.701	47.253	77,0	318.078	398.396	25,3	398.847	471.057	18,1
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	18.819	27.971	48,6	188.767	269.027	42,5	224.445	311.277	38,7
4.4.2 Despesas Discricionárias	7.882	19.282	144,6	129.312	129.370	0,0	174.402	159.780	-8,4

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária; e Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)

Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Julia de Medeiros Braga (Editora)

Estêvão Kopschitz Xavier Bastos

Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Leonardo Mello de Carvalho

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

Maria Andréia Parente Lameiras

Mônica Mora y Araujo

Sandro Sacchet de Carvalho

Sergio Fonseca Ferreira

Pesquisadores Visitantes:

Andreza Aparecida Palma

Antônio Carlos Simões Florido

Cristiano da Costa Silva

Debora Mesquita Pimentel

Sidney Martins Caetano

Equipe de Assistentes:

Alexandre Magno de Almeida Leão

Antonio Henrique Carlota de Carvalho

Caio Rodrigues Gomes Leite

Camilla Santos de Oliveira

Diego Ferreira

Izabel Nolau de Souza

Marcelo Lima de Moraes

Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges

Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
